

AGUALVA E VILA NOVA uma raiz comum

por
Avelino de Freitas de Meneses*

Nos séculos XV e XVI, Agualva é a designação mais comum de uma extensa freguesia terceirense, situada entre as paróquias de Santa Beatriz das Quatro Ribeiras e de S. Miguel das Lajes. O povoado, que possui mais de uma légua de costa e que chega do mar à serra, tem por paroquial a igreja do Espírito Santo - actual templo da Vila Nova, edificada ainda no século XV - e dispõe de várias ermidas sufragâneas, por exemplo, as de Nossa Senhora da Ajuda, da Madre de Deus, de S. João e de S. Pedro e, também, a de Nossa Senhora de Guadalupe - actual templo da Agualva, elevada à dignidade de paroquial no termo do século XVI¹. A imprópria localização da igreja do Espírito Santo, hoje situada numa das pontas da freguesia da Vila Nova, constitui a prova inequívoca de que a construção quatrocentista do templo responde a necessidades de um território maior, que se estende consideravelmente para norte.

A análise documental certifica bem a utilização vulgar do geónimo Agualva na designação da vasta unidade administrativa localizada entre as Quatro Ribeiras e as Lajes, antes da diferenciação das paróquias do Espírito Santo e de Nossa Senhora de Guadalupe, que sucede em finais da era de quinhentos. Com efeito, em 20 de Novembro de 1566, aquando da eleição de oficiais para as companhias de ordenanças da então capitania da Praia, a assembleia propositadamente reunida nos paços do concelho

* Reitor da Universidade dos Açores.

¹ A este respeito a descrição de Gaspar Frutuoso é deveras exemplar. Com efeito, identifica a igreja do Espírito Santo por cabeça da vasta freguesia da Agualva. (*Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1978, pp. 39-43).

procede à escolha de chefias militares para todas as freguesias e até para alguns lugares. Assim, o auto à data lavrado assenta os nomes dos capitães da Praia, do Cabo da Praia, da Fonte do Bastardo, da Ribeira Seca, da Casa da Ribeira, das Fontinhas, das Lajes, das Quatro Ribeiras, dos Biscoitos e dos Altares. Além destes, ainda regista naturalmente o capitão da Aqualva, sem qualquer alusão à Vila Nova, já que tal topónimo era ainda inexistente ou talvez secundário². Do mesmo modo, volvidos cerca de dois anos, de concreto em 30 de Julho de 1568, a carta de D. Sebastião relativa ao acréscimo das cóngruas eclesiásticas enumera uma série de prelados, entre os quais se encontra o vigário do Espírito Santo da Aqualva³. Nestas circunstâncias, já no século XVIII, o padre António Cordeiro, que insiste na distinção das freguesias de Vila Nova e de Aqualva, através do reconhecimento da anterioridade e da tutela da igreja do Espírito Santo sobre a ermida de Nossa Senhora do Guadalupe, ainda refere que ambas as localidades se chamam comumente Aqualva⁴.

O nome Aqualva provém, segundo a tradição, da fonte da água alva, que aviva a brancura da roupa, dispensando até o uso de sabão. A nascente localiza-se no termo de Nossa Senhora de Guadalupe. Por isso, não admira que à data da elevação desta ermida sufragânea a igreja paroquial a nova freguesia assuma a antiga e abrangente denominação de Aqualva, por contraponto à paróquia do Espírito Santo, que então adopta definitivamente a designação de Vila Nova, ainda entremeada pelas cognominações de Vila Nova da Aqualva, decerto por influência da qualificação do passado, e de Vila Nova da Serreta, em alusão à escarpa arborizada que cerca a nobre praça do povoado.

O nome Vila Nova deriva, segundo a tradição, do propósito de conversão em vila da antiga freguesia da Aqualva, antes da individualização da paróquia de Guadalupe. O intento pertence ao capitão-donatário da Praia⁵. A razão decorre com certeza da extensão, da riqueza e

2 Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I, reimpressão fac-similada da edição de 1850, Governo Autónomo dos Açores/Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 623.

3 Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I, já cit., p. 633.

4 P^o. António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Ocidental*, Região Autónoma dos Açores/Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 254.

5 Gaspar Frutuoso e António Cordeiro atribuem tal propósito a Antão Martins da Câmara, 4^o capitão, que governa entre 1529 e 1581. Assim, trata-se de uma intenção relativamente tardia, que justifica a persistência do topónimo Aqualva, no decurso de grande parte do século XVI. Porém, Francisco Ferreira Drummond e Alfredo da Silva Sampaio imputam a proposta a Antão Martins Homem, 2^o capitão, que governa de 1482 a 1522. Neste caso, o projecto

da humanização da paisagem. Porém, a história regista a discordância dos moradores, que se sobrepõe à vontade do governante. No dizer de Gaspar Frutuoso, ao desejo de Antão Martins da Câmara de “... ser senhor de duas vilas ...” sobrepõe o desígnio da população, que prefere simplesmente “... ficar o melhor monte ...”⁶. Do episódio, resta para sempre a designação de Vila Nova, por confronto com a vila velha, isto é, a Praia.

Até finais do século XVI, antes da individualização das paróquias do Espírito Santo e de Nossa Senhora de Guadalupe, a freguesia do Espírito Santo da Agualva constitui a principal povoação rural da ilha Terceira. Assim, em 1568 e 1590, pela averiguação do processo de actualização das cóngruas eclesiásticas, avulta a existência de um considerável efectivo populacional, apenas superado pelas sedes concelhias de então, a saber, S. Sebastião, Praia e Angra⁷. A relevância do povoado deriva naturalmente das potencialidades da economia. Neste particular, ressalta por certo a fertilidade das campinas da actual Vila Nova, prolongamento da vasta planície do Ramo Grande, que capricha na produção de cereais e na criação de gado, e a uberdade dos pomares e a utilidade das águas da actual Agualva, que reverte na colheita das frutas e na laboração dos moinhos. Aliás, o testemunho dos cronistas confirma a riqueza da primitiva freguesia. Gaspar Frutuoso releva a abundância das searas da Vila Nova, que garantem o sustento dos moradores, evitando a busca de trabalho fora da jurisdição. Aliás, o clérigo micaelense afirma inclusivamente que “... todos os pobres, respigando no Verão, apanham trigo para comerem no Inverno ...”⁸. Manuel Luís Maldonado enaltece as excelências da Agualva, resultantes da frescura e da amenidade do sítio. Por isso, o clérigo terceirense justifica a visita em 1582 de D. António, Prior do Crato, “... por ser verdadeiramente o [lugar] mais recreativo e abundante de águas, caças e frutas que há em toda a Ilha ...”⁹.

é quase coevo da própria elevação da Praia à condição de vila, que sucede cerca de 1482, e ocorre antes da instituição da Misericórdia vilanovense, que constitui uma novidade na ambiência rural terceirense, susceptível de mover a dignificação do povoado. A ser verdade, admira que o novo geónimo Vila Nova evidencie uma tamanha dificuldade de afirmação.

6 Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, já cit., p. 40.

7 Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, I, já cit., pp. 627-636.

8 Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, já cit., p. 41.

9 P^o. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, 1^o volume, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p. 308.

Por isso, o bispo D. Gaspar de Faria, que morre em 1576, também vive “... uma grande parte do tempo em Agualva aonde tinha um pomar de fructas de espinho e outras quali-

A primitiva vivência em conjunto dificulta hoje a identificação da história em separado das paróquias de Vila Nova e Agualva. Todavia, não escasseiam propriamente os dados indispensáveis ao entendimento de tal evolução. A paróquia do Espírito Santo, isto é, da Vila Nova, enraíza no tempo da construção da sua igreja, uma das mais antigas da ilha Terceira. Aliás, Francisco Ferreira Drummond alvitra a possibilidade da edificação do templo logo na época do infante D. Fernando, que exerce a função de donatário dos Açores entre os anos de 1460 e 1470¹⁰. Porém, a maioria dos indícios sugere uma fundação mais tardia, certamente no decurso da década de 1480. A paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, isto é, da Agualva, surge cerca de um século depois. Embora construído sensivelmente por meados de quinhentos, o templo da Senhora de Guadalupe conserva o estatuto de ermida sufragânea da paróquia do Espírito Santo até ao termo da centúria. De facto, só no princípio da era filipina, sob o governo do bispo D. Manuel de Gouveia, que medeia entre 1584 e 1596, a Agualva logra a elevação a paróquia independente. Todavia, persiste a dúvida sobre o exacto ano da emancipação. Na descrição da curta estadia de D. António, Prior do Crato, na ilha Terceira em 1582, Manuel Luís Maldonado alude já à Agualva como freguesia soberana¹¹. No entanto, trata-se certamente de lapso de uma narração realizada a perto de cem anos de distância. A comprová-lo, Gaspar Frutuoso, que escreve no decénio de 1580, ainda qualifica de ermida o orago do Guadalupe¹². Assim, o alvará de 29 de Fevereiro 1588, que estabelece uma fábrica anual de 4\$000, constitui o primeiro diploma que certifica a promoção a igreja paroquial¹³. Depois, em 1590 e 1605, o acrescentamento das cômguas do corpo de eclesiásticos, que comporta vigário, cura e tesoureiro, comprova a afirmação da nova paróquia, que recebe a primeira visita episcopal em

dades ...”. (“Catalogo dos Bispos da Egreja de S. Salvador da Cidade de Angra”, in *Arquivo dos Açores*, II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 140).

10 Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 277.

11 P^e. Manuel Luís Maldonado, *Fenix Angrence*, 1^o volume, já cit., p. 308.

12 É certo que na descrição do acto de rendição dos franceses apoiantes do Prior do Crato, que vivem entrincheirados na Agualva, após a conquista da Terceira em 26 de Julho de 1583 pelos espanhóis, Gaspar Frutuoso atribui o epíteto de igreja ao orago de Nossa Senhora de Guadalupe. Porém, trata-se decerto de uma liberdade de expressão, sem correspondência na ordem dos factos. (*Livro Sexto das Saudades da Terra*, já cit., p. 199).

13 Citado por Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos*, [...], já cit., p. 9.

1596¹⁴. Entre as motivações da independência da Agualva, avultam com certeza o aumento da população, o distanciamento do lugar e ainda a extrema devoção pela Senhora de Guadalupe, considerada “... muito milagrosa, e de grande romagem, até das outras Ilhas ...”¹⁵.

Após a separação de finais do século XVI, a Agualva conserva o antigo nome, que antes equivalera à vasta jurisdição situada entre as Quatro Ribeiras e as Lajes, enquanto a Vila Nova preserva a velha paroquial, que figurara sempre por cabeça do mesmo espaço. Além disso, do lado da Vila Nova, fica a maior parte dos moradores, já que a freguesia contém os terrenos mais planos do litoral, onde predomina a ocupação humana, enquanto da banda da Agualva permanece a maior percentagem do território, causa de conversão na mais extensa freguesia terceirense da actualidade.

A transformação da Agualva e da Vila Nova em freguesias independentes não acarreta uma sensível animosidade. Ao invés, logo no decurso do século XVII, identificamos sinais de convívio e de cooperação, que até parecem exemplares. Vejamos dois casos. Em 8 de Dezembro de 1607, Vitória recebe o sacramento do baptismo na paroquial do Espírito Santo, com autorização do vigário de Nossa Senhora de Guadalupe, já que seus pais são fregueses da Agualva¹⁶. Em 1690, na sequência da grande tempestade de 26 de Março e do violento terramoto de 5 de Abril, decorrem inúmeras procissões de preces, que por vezes unem diferentes igrejas. Neste particular, a Vila Nova organiza um cortejo que “... veio à parochial da Agualva de Nossa Senhora de Guadalupe ...” e a Agualva retribui a visita, com outra procissão, que “... foi ao Espírito Santo paroquial da Vila Nova ...”¹⁷.

Na caracterização dos tempos mais remotos da história dos Açores, a falta de documentos impede o esclarecimento de muitos factos. Por is-

14 Idem, *ibidem*.

Nestas circunstâncias, avulta por tardia a data de 1623, apontada por Alfredo da Silva Sampaio para a emancipação da ermida de Guadalupe. (*Memoria sobre a Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal, 1904, p. 295). O engano decorre talvez da identificação da conquista da dignidade paroquial com o ano da conservação dos primeiros registos de baptismo, depositados na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

15 P^o. António Cordeiro, *ob. cit.*, p. 254.

16 Citado por Pedro de Merelim, *Freguesias da Praia*, 1^o volume, Angra do Heroísmo, Edição da Direcção Regional de Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura, 1982, p. 12.

17 P^o. Manuel Luis Maldonado, *Fenix Angrence*, 2^o volume, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 669.

so, naturalmente ainda subsistem algumas dúvidas sobre a relação entre a Agualva e a Vila Nova de outrora. No entanto, resta sempre a esperança de que o curso da investigação e a diligência da interpretação facultem cada vez mais o acréscimo do conhecimento, que equivale à melhor via de aproximação à verdade. Porém, do melhor entendimento do passado, oxalá resulte sobretudo a dedicação e a harmonia indispensáveis à construção do futuro, que constitui o principal meio de aferição do sucesso das comunidades.